



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 042/2025

(Art. 75, inc. II e §3º da Lei 14.133/2021)

O MUNICÍPIO DE MUTUÍPE/BA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE em conformidade com Art. 75, inciso II e parágrafo terceiro da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a ***Aquisição de Leite e suplementos alimentar para pacientes carentes deste município, conforme relatório social***, visando atender a demanda inicial em caráter emergencial da Secretaria Solicitante.

Eventuais interessados deverão apresentar Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração possibilita a manifestação de interesse através de propostas adicionais de eventuais interessados, de forma a permitir selecionar a proposta mais vantajosa. O limite para **Apresentação da Proposta de Preços: 11 de julho de 2025 às 23hs e 59m.**

A proposta de Preços e documentos solicitados deverão ser entregues no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, ou pelo e- mail: **licitamutuipe@gmail.com** até a data/horário limite.

Constituem anexo do presente aviso o Termo de Referência que poderá embasar a oferta de proposta de preços.

Mutuipe/BA, 08 de Julho de 2025.

Ana Nilce Santos de Jesus Andrade
Secretário Municipal de Saúde



TERMO DE REFERÊNCIA
Órgão responsável: Secretaria Municipal de Saúde

1- DO OBJETO

1.1 Aquisição de Leite e suplementos alimentar para pacientes carentes deste município, conforme relatório social.

1.2. O presente termo de referência é fundamentado na Lei Federal nº 14.133/2021.

2 – DOS FUNDAMENTOS DA AQUISIÇÃO

Este processo visa garantir a aquisição de leite e suplementos alimentares destinados a pacientes carentes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Mutuípe/BA. Esses produtos são essenciais para complementar a alimentação de pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou com necessidades nutricionais específicas, devidamente acompanhadas por relatórios sociais e nutricionais que atestam a necessidade do fornecimento.

A aquisição busca melhorar a qualidade de vida desses pacientes, assegurando suporte nutricional adequado e contribuindo para a prevenção de agravos à saúde, além de promover a recuperação de pacientes em tratamento e reduzir riscos relacionados à carência alimentar.

Essa ação está alinhada às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e às políticas públicas de assistência social e saúde, fortalecendo o cuidado integral à população em situação de vulnerabilidade no Município de Mutuípe/BA.

3 – ESPECIFICAÇÃO DA AQUISIÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01.	Suplemento nutricional desenvolvido para o desenvolvimento nutricional e ganho de massa muscular, normocalórico e hiperprotéico com alta concentração de proteína indicado para pessoas com baixa ingestão de proteína e rico em vitamina e mineral. Latas com 850 gramas. Indicação do suplemento: Nutridrink ou Ensure	38
02.	Fórmula infantil de 0 a 36 meses indicado para lactentes e crianças para suprir as necessidades nutricionais. Esta fórmula infantil contém proteína láctea extremamente hidrolisada com nutrientes essenciais como os prebióticos (GOS, FOS) DHA E ARA, além de nucleotídeos. Latas com 800 gramas. Indicação do suplemento: Fórmula infantil 0- 3 anos, Aptamil Zero lactose.	56
03.	Suplemento nutricional em pó com cálcio, proteína vitamina D e minerais. Auxiliando a formação de músculo. Latas com 370gramas. Indicação do suplemento: Nutren senior	56
04.	Fórmula indicada para paciente com intolerância a lactose, rico em proteína e cálcio Latas com 300gramas. Indicação do suplemento: Formula em po sem lactose SOY	56
05.	Fórmula Infantil de 0 a 36 meses contendo DHA e ARA nucleotídeos e Prebiótico, desenvolvido para primeira infância. Rico em vitaminas e minerais Latas com 800 gramas. Indicação do suplemento: Nanlac comfor	56



3.1 - DO MEMORIAL DE CÁLCULO DO VALOR

3.1 A estimativa do valor da contratação foi definida com base em pesquisa de preços realizada junto ao Banco de Preços (Negócios Públicos), em observância ao art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como ao art. 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021. Essa pesquisa seguiu a metodologia descrita abaixo:

- Dados extraídos de plataforma eletrônica de compras públicas, Banco de Preços Negócios Públicos.
- Todos os documentos que embasam a pesquisa de preços estão devidamente anexados aos autos do processo administrativo, em cumprimento ao art. 6º, XXIII, alínea "i", da Lei Federal nº 14.133/2021.
- A pesquisa considerou a média aritmética dos preços obtidos, conforme registrado na pesquisa realizada pelo setor responsável.

3.2. Ressalta-se que, conforme o disposto no §5º do art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, excepcionalmente é admitida a determinação do preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovada pela autoridade competente.

3.3. Nesse sentido, para o item de nº 01, foi inicialmente obtida apenas duas cotações junto às bases consultadas. Para complementar a pesquisa e atender ao disposto na normativa vigente, foi realizada cotação adicional diretamente com a seguinte empresa:

- **P & R COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA-BPP:** inscrita no CNPJ sob o nº 16.052.540/0001-59, com proposta recebida via e-mail no dia 03 de julho de 2025, através do endereço eletrônico prfarmacia@hotmail.com.

3.4. As referidas cotações estão devidamente anexadas aos autos do processo administrativo, para conferência e composição da estimativa de preços, assegurando a transparência e regularidade do procedimento.

COTAÇÃO VIA BANCO DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01.	Suplemento nutricional desenvolvido para o desenvolvimento nutricional e ganho de massa muscular, normocalórico e hiperprotéico com alta concentração de proteína indicado para pessoas com baixa ingestão de proteína e rico em vitamina e mineral. Latas com 850 gramas. Indicação do suplemento: Nutridrinnk ou Ensure	38	R\$ 109,00	R\$ 4.142,00
02.	Fórmula infantil de 0 a 36 meses indicado para lactentes e crianças para suprir as necessidades nutricionais. Esta fórmula infantil contém proteína láctea extremamente hidrolisada com nutrientes	56	R\$ 116,81	R\$ 6.541,36



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE
Secretaria Municipal de Saúde

	essenciais como os prebióticos (GOS, FOS) DHA E ARA, além de nucleotídeos. Latas com 800 gramas. Indicação do suplemento: Fórmula infantil 0- 3 anos, Aptamil Zero lactose.			
03.	Suplemento nutricional em pó com cálcio, proteína vitamina D e minerais. Auxiliando a formação de músculo. Latas com 370gramas. Indicação do suplemento: Nutren senior	56	R\$ 63,62	R\$ 3.562,72
04.	Fórmula indicada para paciente com intolerância a lactose, rico em proteína e cálcio Latas com 300gramas. Indicação do suplemento: Formula em po sem lactose SOY	56	R\$ 32,20	R\$ 1.803,20
05.	Fórmula Infantil de 0 a 36 meses contendo DHA e ARA nucleotídeos e Prebiótico, desenvolvido para primeira infância. Rico em vitaminas e minerais Latas com 800 gramas. Indicação do suplemento: Nanlac comfor	56	R\$ 134,43	R\$ 7.528,08
VALOR TOTAL		R\$ 23.577,36		

COTAÇÃO P&R COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA-BPP

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01.	Suplemento nutricional desenvolvido para o desenvolvimento nutricional e ganho de massa muscular, normocalórico e hiperprotéico com alta concentração de proteína indicado para pessoas com baixa ingestão de proteína e rico em vitamina e mineral. Latas com 850 gramas. Indicação do suplemento: Nutridrinnk ou Ensure	38	R\$ 108,50	R\$ 4.123,00
VALOR TOTAL		R\$ 4.123,00		

MÉDIA DO VALOR ORÇADO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01.	Suplemento nutricional desenvolvido para o desenvolvimento nutricional e ganho de massa muscular, normocalórico e hiperprotéico com alta concentração de proteína indicado para pessoas com baixa	38	R\$ 108,83	R\$ 4.135,54



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE
Secretaria Municipal de Saúde

	ingestão de proteína e rico em vitamina e mineral. Latas com 850 gramas. Indicação do suplemento: Nutridrinnk ou Ensure			
02.	Fórmula infantil de 0 a 36 meses indicado para lactentes e crianças para suprir as necessidades nutricionais. Esta fórmula infantil contém proteína láctea extremamente hidrolisada com nutrientes essenciais como os prebióticos (GOS, FOS) DHA E ARA, além de nucleotídeos. Latas com 800 gramas. Indicação do suplemento: Fórmula infantil 0- 3 anos, Aptamil Zero lactose.	56	R\$ 116,81	R\$ 6.541,36
03.	Suplemento nutricional em pó com cálcio, proteína vitamina D e minerais. Auxiliando a formação de músculo. Latas com 370gramas. Indicação do suplemento: Nutren senior	56	R\$ 63,62	R\$ 3.562,72
04.	Fórmula indicada para paciente com intolerância a lactose, rico em proteína e cálcio Latas com 300gramas. Indicação do suplemento: Formula em po sem lactose SOY	56	R\$ 32,20	R\$ 1.803,20
05.	Fórmula Infantil de 0 a 36 meses contendo DHA e ARA nucleotídeos e Prebiótico, desenvolvido para primeira infância. Rico em vitaminas e minerais Latas com 800 gramas. Indicação do suplemento: Nanlac comfor	56	R\$ 134,43	R\$ 7.528,08

VALOR TOTAL R\$ 23.570,90
--

3.5. Valor Total Estimado da Aquisição é de R\$ 23.570,90 (vinte e três mil, quinhentos e setenta reais e noventa centavos).

3.6 - DO MEMORIAL DE CÁLCULO DO QUANTITATIVO

A estimativa inicial de demanda foi feita a partir da média mensal de consumo apurada com base nos relatórios sociais e nutricionais dos pacientes cadastrados no programa, e nos registros de fornecimento dos últimos meses.

Considerando a previsão de aumento no número de pacientes assistidos e a necessidade de manter um estoque de segurança, optou-se pelo acréscimo de 55% **nas quantidades inicialmente projetadas.**

DESCRIÇÃO DA AQUISIÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01.	Suplemento nutricional desenvolvido para o desenvolvimento nutricional e ganho de massa muscular, normocalórico e hiperprotéico com alta	38



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE
Secretaria Municipal de Saúde

	concentração de proteína indicado para pessoas com baixa ingestão de proteína e rico em vitamina e mineral. Latas com 850 gramas. Indicação do suplemento: Nutridrinck ou Ensure	
02.	Fórmula infantil de 0 a 36 meses indicado para lactentes e crianças para suprir as necessidades nutricionais. Esta fórmula infantil contém proteína láctea extremamente hidrolisada com nutrientes essenciais como os prebióticos (GOS, FOS) DHA E ARA, além de nucleotídeos. Latas com 800 gramas. Indicação do suplemento: Fórmula infantil 0- 3 anos, Aptamil Zero lactose.	56
03.	Suplemento nutricional em pó com cálcio, proteína, vitamina D e minerais. Auxiliando a formação de músculo. Latas com 370 gramas. Indicação do suplemento: Nutren senior	56
04.	Fórmula indicada para paciente com intolerância à lactose, rico em proteína e cálcio. Latas com 300 gramas. Indicação do suplemento: Fórmula em pó sem lactose SOY	56
05.	Fórmula Infantil de 0 a 36 meses contendo DHA e ARA nucleotídeos e Prebiótico, desenvolvido para primeira infância. Rico em vitaminas e minerais. Latas com 800 gramas. Indicação do suplemento: Nanlac comfor	56
VALOR TOTAL.....R\$: R\$ 23.570,90		

A estimativa de quantidades foi elaborada com base no levantamento das demandas atuais, considerando os relatórios sociais e nutricionais dos pacientes cadastrados no serviço de assistência alimentar do município.

Foram analisados os registros de fornecimento nos últimos meses, além da previsão de inclusão de novos pacientes e a necessidade de formação de estoque mínimo de segurança. Diante disso, a quantidade originalmente apurada foi majorada em 55%, visando garantir o atendimento contínuo e adequado, considerando o aumento projetado no número de beneficiários e a reposição emergencial de itens quando necessário.

4 - DO REGIME DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DO FORNECIMENTO

O prazo de entrega dos leites e suplementos será de até 03 (três) dias contados a partir da assinatura do contrato.

O local para a entrega será na Sede da Secretaria Municipal de Saúde, no horário compreendido entre 08h00min e 12h00min e 13h00min às 17h00min.

A entrega da quantidade solicitada deverá ser realizada mensalmente, ou sob demanda para aqueles que surgirem ao decorrer dos serviços.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Em atendimento ao disposto no Art. 44 da Lei Federal nº 14.133/2021, foram pesquisadas no mercado e em outros órgãos e entidades soluções diversas para a demanda, com o objetivo de identificar metodologias ou práticas que melhor atendessem às necessidades da administração e aos requisitos apresentados no presente estudo.



5.1.1. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de fornecedor cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido, ou seja, a comercialização de gêneros alimentícios e suplementos nutricionais destinados à complementação alimentar de pacientes em situação de vulnerabilidade social e/ou com indicação nutricional específica.

5.1.2. Foram analisadas aquisições similares realizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a editais e atas de registro de preços, com o objetivo de verificar a existência de metodologias, fornecedores ou soluções que melhor atendessem às necessidades da Administração. Observou-se que, em geral, não há grandes variações quanto ao objeto da aquisição, limitando-se as diferenças à modalidade de contratação adotada e às condições de fornecimento acordadas.

5.2. Foram levantadas as seguintes possibilidades:

5.2.1. Solução 1: Licitação própria, por meio de Pregão Eletrônico

Inviável.

A aquisição de leite e suplementos alimentares exige, além do preço competitivo, o cumprimento de requisitos técnicos e qualitativos rigorosos, especialmente considerando as especificidades nutricionais dos pacientes atendidos. O modelo de Pregão Eletrônico, voltado exclusivamente para o menor preço, pode comprometer a garantia de qualidade dos produtos, suas especificações nutricionais e prazos compatíveis com a regularidade do atendimento assistencial, tornando a solução inadequada.

5.2.2. Solução 2: Adesão a Ata de Registro de Preços

Inviável.

Embora permitida pelo Decreto nº 11.462/2023, a adesão a atas de registro de preços de outros órgãos não garante a imediata disponibilidade dos itens, além de dificultar o controle sobre prazos de entrega, condições de fornecimento e compatibilidade dos produtos com as necessidades específicas do município. Ainda, os valores registrados podem não refletir as melhores condições locais de mercado, além de existirem restrições quanto às cláusulas de entrega parcelada e controle de validade dos produtos.

5.2.3. Solução 3: Participação em IRP (Intenção de Registro de Preços) em parceria com outros Órgãos

Inviável.

A IRP não assegura a aquisição imediata dos produtos, contrariando a necessidade de fornecimento regular e contínuo dos alimentos e suplementos aos pacientes cadastrados e acompanhados pela Secretaria Municipal de Saúde. Além disso, a demora natural desse procedimento prejudicaria a continuidade das ações assistenciais e o cumprimento das políticas de segurança alimentar no município.

5.2.4. Solução 4: Dispensa de Licitação

Viável.

- **Base Legal:** Art. 75, II, da Lei 14.133/2021 que permite a contratação direta para aquisições de pequeno valor ou de interesse público devidamente justificado.
- **Agilidade:** Permite a contratação rápida e segura, assegurando o fornecimento contínuo dos itens alimentícios necessários para os pacientes cadastrados.



- **Economicidade:** Possibilita negociação direta de preços e condições de entrega parcelada, otimizando os custos e reduzindo despesas indiretas associadas a processos licitatórios demorados.
- **Segurança e Controle:** Contrato direto garante clareza nas obrigações, cronograma de entregas parceladas, controle de validade dos produtos e cláusulas de penalidade, assegurando a regularidade no fornecimento e a manutenção da qualidade dos alimentos distribuídos.

5.4. Justificativa da Escolha da Solução

5.4.1. Justificativa para a Escolha da Modalidade de Contratação

A presente justificativa demonstra as razões que fundamentam a escolha das modalidades analisadas e explicita por que a Dispensa de Licitação (Solução 4) é a mais adequada para a aquisição de leite e suplementos alimentares destinados a pacientes carentes do Município de Mutuípe/BA.

a) Análise das Opções Disponíveis

Foram consideradas quatro soluções possíveis:

1. **Solução 1: Licitação Própria (Pregão Eletrônico)** — Inviável, pois o critério exclusivo de menor preço pode resultar na aquisição de produtos que não atendam às exigências nutricionais específicas dos pacientes. Além disso, o tempo necessário para concluir o procedimento licitatório comprometeria o atendimento emergencial e contínuo exigido pela demanda.
2. **Solução 2: Adesão a Ata de Registro de Preços** — Inviável, considerando a urgência da demanda e a especificidade técnica do objeto, cujos prazos de entrega e condições de fornecimento não são garantidos em atas preexistentes, além do risco de incompatibilidade com as necessidades locais.
3. **Solução 3: Participação em IRP (Intenção de Registro de Preços)** — Inviável, pois não assegura o fornecimento imediato, prejudicando a regularidade do atendimento nutricional aos pacientes cadastrados.
4. **Solução 4: Dispensa de Licitação** — Viável, pois atende integralmente aos requisitos de agilidade, segurança alimentar, entrega programada e negociação direta de preços e condições.

b) Fundamentação da Solução 4 – Dispensa de Licitação

- **Base Legal:** Artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- **Interesse Público e Assistencial:** Os produtos são essenciais para garantir o suporte nutricional de pacientes vulneráveis e devidamente acompanhados por relatórios sociais e nutricionais.
- **Agilidade e Regularidade:** A dispensa possibilita fornecimento contínuo, com entregas parceladas e controle rigoroso de validade, assegurando a continuidade do atendimento sem risco de desabastecimento.
- **Economicidade e Eficiência:** Permite negociação direta de preços e prazos, garantindo melhor custo-benefício e evitando gastos com perdas e processos licitatórios demorados.
- **Mitigação de Riscos:** A contratação direta assegura a definição clara de cronograma, prazos, garantias e penalidades contratuais, reduzindo riscos e promovendo segurança jurídica e administrativa.

c) Conclusão

Diante da análise técnica, legal e econômica realizada, a Dispensa de Licitação revela-se como a solução mais vantajosa para a aquisição de leite e suplementos alimentares, pois:



Respeita os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público;
Atende com agilidade e segurança às demandas assistenciais da população carente;
Assegura a regularidade, qualidade e controle na distribuição dos produtos, em conformidade com as diretrizes de segurança alimentar e saúde pública do município.
Assim, propõe-se a contratação direta via dispensa de licitação para a aquisição dos referidos itens, garantindo a continuidade e a melhoria das ações de assistência alimentar e nutricional no Município de Mutuípe/BA.

6 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando a análise das possíveis alternativas disponíveis para atender à necessidade de aquisição de leite e suplementos alimentares destinados a pacientes carentes do Município de Mutuípe/BA, a solução da contratação via dispensa de licitação apresenta-se como a mais viável. Isso se deve ao fato de que esses itens são destinados a pessoas em situação de vulnerabilidade social e em condições clínicas específicas, devidamente acompanhadas pela Secretaria Municipal de Saúde, com relatórios sociais e nutricionais que atestam a necessidade do fornecimento contínuo e adequado desses produtos.

Além disso, a ausência de um mecanismo ágil para atender a essa demanda pode comprometer a saúde e a qualidade de vida dos beneficiários, afetando diretamente a assistência prestada e gerando impactos negativos na saúde pública do município. A contratação via dispensa de licitação permite uma solução mais rápida e eficiente, garantindo que o fornecimento de leite e suplementos alimentares ocorra sem interrupções, assegurando o atendimento nutricional adequado e contínuo às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

7– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. Os custos com a presente aquisição correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

UNIDADE	0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE	2019 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.32.00
FONTE	1500.1002

8 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Para que o objeto da aquisição seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

9 – FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A seleção do fornecedor deverá ser realizada pela seleção de quem cumpra todos os requisitos previstos neste termo de referência.

9.2. O julgamento da proposta deverá ser do tipo comprovação de atendimento a todos os requisitos.

9.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos quanto às especificações do objeto.



9.4. Sendo assim, os documentos exigidos serão:

9.4.1. Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
 - d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
 - f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
 - g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

9.4.4. Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro



do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação;

9.4.5 Documentação complementar:

- a) Declaração de enquadramento na Lei no 123/2006, quando for o caso;
- b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra-legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021;
- c) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas;
- d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

10 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

10.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

10.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa à disposição da Contratante durante todo o período do contrato.

10.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

10.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



Fiscalização Técnica

10.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

10.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

10.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

10.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

10.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

10.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

10.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

10.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

10.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

10.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

10.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).



10.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

10.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

10.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a aquisição e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

10.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, que será definido através de Portaria Municipal, nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei Federal nº 14.133/2021 e este deverá acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. A avaliação da execução do objeto se dará através do disposto neste item.

12.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

12.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

12.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

12.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



Do recebimento

12.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 01 (hum) dia, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei Federal nº 14.133/2021 e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

12.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

12.4. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

12.5. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

12.6. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

12.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

12.7.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

12.7.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

12.7.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

12.7.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

12.7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.



12.9. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 01 (hum) dia, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

12.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

12.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

12.9.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

12.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

12.9.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

12.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

12.12. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

12.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

12.14. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

12.15. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



- 12.15.1. o prazo de validade;
- 12.15.2. a data da emissão;
- 12.15.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 12.15.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 12.15.5. o valor a pagar; e
- 12.15.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.16. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

12.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

12.18. A Administração deverá realizar consulta para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

12.19. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.20. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.21. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.22. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

12.23. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

12.24. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

12.25. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de titularidade da contratada.

12.26. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



12.27. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.27.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.28. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas neste Termo de Referência.

13.2. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

13.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame (art. 155, IV, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

13.2.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta (art. 155, V, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra; ou
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.2.3. não celebrar a Ata de Registro de Preço, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (art. 155, VI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

13.2.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação (art. 155, VIII, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

13.2.5. fraudar a licitação (art. 155, IX, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

13.2.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (art. 155, X, da Lei Federal nº 14.133, 2021), em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.2.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (art. 155, XI, da Lei Federal nº 14.133, 2021);

13.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013 (art. 155, XII, da Lei Federal nº 14.133, 2021).

13.3. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções previstas nos incisos II, III e IV do art. 156.

13.3.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.



Sanção de multa compensatória

13.4. A multa compensatória será aplicada nos seguintes percentuais:

Infração (Subitens)	Percentual da multa
12.2.1.	de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da aquisição
12.2.2.	
12.2.3.	de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor estimado da aquisição
12.2.4.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado da aquisição
12.2.5.	
12.2.6.	
12.2.7.	
12.2.8.	

13.4.1. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do Município de Mutuípe/Ba, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

Sanção de impedimento de licitar e contratar

13.5. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Mutuípe/BA, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
12.2.1.	impedimento pelo período de até três meses.
12.2.2.	
12.2.3.	

Sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

13.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.4, 12.2.5, 12.2.6, 12.2.7 e 12.2.8, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
12.2.4.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
12.2.7.	
12.2.5.	declaração de inidoneidade de até seis anos
12.2.6.	

13.6.1. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 12.6 deste Termo de Referência nas infrações administrativas previstas nos itens 12.2.1, 12.2.2 e 12.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.



13.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo Sancionador.

13.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A CONTRATADA obriga-se a:

14.1.1. A efetuar a demanda solicitada em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância as especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

14.1.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente contrato;

14.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.1.4. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

14.1.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.1.6. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14.1.7. Emitir as notas fiscais correspondentes aos itens fornecidos, conforme as condições acordadas no contrato, com a descrição detalhada dos produtos entregues e os valores correspondentes, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

14.1.8. Manter comunicação constante e eficiente com a Prefeitura de Mutuípe, informando sobre o andamento da prestação dos serviços, eventuais atrasos ou problemas e fornecendo as informações necessárias para garantir a correta execução do contrato.

14.1.9. Cumprir todas as obrigações previstas no contrato, incluindo o cumprimento da carga horária determinado pelo órgão requisitante e as condições de pagamento. O descumprimento de qualquer obrigação contratual poderá resultar em penalidades, conforme as disposições previstas no contrato e na legislação aplicável.



15 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

15.1.1. Receber provisoriamente o objeto, disponibilizando local, data e horário e demais condições estabelecidas no Edital;

15.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

15.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

15.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto;

15.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos nesse termo;

15.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16 – DO CONTRATO

16.1 O prazo de vigência do contrato é fixado a partir da data da sua assinatura e terá a duração de 12 (doze) meses, podendo seu prazo ser prorrogado nos termos do artigo 107 da Lei 14.133/2021, através de celebração de termo aditivo ao pacto original.

16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.4. É possível a revisão contratual em razão de fato superveniente que altere os valores inerentes ao objeto que afete o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que devidamente comprovado pelo Contrato. A referida revisão contratual não necessita esperar o prazo mínimo de vigência de 1 ano do contrato, podendo ser pleiteado a partir da ocorrência do fato superveniente que afete o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

16.5 O prazo para administração emitir a resposta tanto quanto aos pedidos de reajuste, como ao pleito de revisão será de 30 (trinta) dias, podendo este ser prorrogado por igual período pelo ente contratante.

16.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE
Secretaria Municipal de Saúde

para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.10. Os reajustes serão formalizados através de termo aditivo.

17 - DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação.

18 - DA GARANTIA

18.1. Não será exigida garantia contratual.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O Município de Mutuípe/BA reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

19.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei nº. 14.133/2021.

19.3. Fica eleito o foro da Comarca de Mutuípe/BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

Mutuípe/BA, 04 de julho de 2025.

YANNA KÉLLINY COSTA DE SANTANA SILVA

Diretora de Departamento Administrativo e Financeiro

da Secretaria Municipal de Saúde

Matrícula - 4580

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a aquisição de todas as informações necessárias ao fornecimento, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para aquisição de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Mutuípe/BA, 04 de julho de 2025.

ANA NILCE SANTOS DE JESUS ANDRADE

Secretária Municipal de Saúde



ANEXO I
PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

Ao Agente de Contratação

Prefeitura Municipal de Mutuípe/BA – Bahia

Referência: **Dispensa Nº 042/2025**

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/CEL:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:	CNPJ:	
E-MAIL		
VALIDADE DA PROPOSTA:	REPRESENTANTE LEGAL:	
DADOS BANCÁRIOS:		
OBJETO: Aquisição de leite e suplementos para pacientes carentes deste município, conforme relatório social.		

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01.	Suplemento nutricional desenvolvido para o desenvolvimento nutricional e ganho de massa muscular, normocalórico e hiperprotéico com alta concentração de proteína indicado para pessoas com baixa ingestão de proteína e rico em vitamina e mineral. Latas com 850 gramas. Indicação do suplemento: Nutridrinck ou Ensure	38			
02.	Fórmula infantil de 0 a 36 meses indicado para lactentes e crianças para suprir as necessidades nutricionais. Esta fórmula infantil contém proteína láctea extremamente hidrolisada com nutrientes essenciais como os prebióticos (GOS, FOS) DHA E ARA, além de nucleotídeos. Latas com 800 gramas. Indicação do suplemento: Fórmula infantil 0-3 anos, Aptamil Zero lactose.	56			
03.	Suplemento nutricional em pó com cálcio, proteína, vitamina D e minerais. Auxiliando a formação de músculo. Latas com 370 gramas. Indicação do suplemento: Nutren senior	56			



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE
Secretaria Municipal de Saúde

04.	Fórmula indicada para paciente com intolerância a lactose, rico em proteína e cálcio Latas com 300gramas. Indicação do suplemento: Formula em po sem lactose SOY	56			
05.	Fórmula Infantil de 0 a 36 meses contendo DHA e ARA nucleotídeos e Prebiótico, desenvolvido para primeira infância. Rico em vitaminas e minerais Latas com 800 gramas. Indicação do suplemento: Nanlac comfor	56			
VALOR TOTAL					R\$

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta dispensa de licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei Federal 14.133/2021, demais legislação aplicável e às cláusulas e condições constantes do Termo de Referência da Dispensa nº 042/2025

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, ____/____/____

LOCAL

DATA

ASSINATURA

Observações:

1)A proposta deverá indicar os dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.



ANEXO II
DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao

Agente de Contratação/Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Mutuípe/BA - Bahia

Ref. Dispensa nº 042/2025

Prezados Senhor(a),

A signatária _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA QUE:**

● De acordo com o disposto no art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e Artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

Sim () Não ()

Que cumpre, plenamente, todos os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

● Igualmente, declara que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados na dispensa de licitação referenciada.

● Declara também que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à dispensa de licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas na dispensa de licitação e seus anexos.

● Que se enquadra no Art. 34 d Lei 11.488/2007 e atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º (microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa):

Sim () Não ()



Declara, sob pena de inabilitação, que conhece os locais e as condições de entrega das mercadorias:

Sim () **Não ()**

a) Que a proposta econômica apresentada pela nossa empresa compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

b) Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local da entrega da mercadoria é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, **ATESTO**, sob pena de inabilitação, que conhecemos o local e as condições preestabelecidas, especialmente quanto ao custo com a entrega e transporte, que será adotado a modalidade CIF (*o remetente é o tomador do serviço de transporte, ou seja, o responsável pelo transporte da mercadoria desde a coleta até a entrega ao destinatário, assim como pela contratação da transportadora e pelos pagamentos de frete e de seguro*).

c) Que a proposta apresentada para participar do **Dispensa Nº 042/2025** foi elaborada de maneira independente pela empresa (dados da empresa), e o conteúdo da proposta não foi e nem será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **Dispensa nº 042/2025**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

d) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato na **Dispensa nº 042/2025**, quanto a participar ou não da referida dispensa de licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **Dispensa nº 042/2025**, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da **Prefeitura Municipal de Mutuípe/BA**, antes da abertura oficial das propostas;

f) Que a empresa não possui no seu quadro societário pessoas que tenham vínculo de forma direta ou indireta com a **Prefeitura Municipal de Mutuípe/BA - Bahia**, a exemplo de cargo de confiança (cargo comissionado), contrato temporário de prestação de serviços ou servidor efetivo; e

g) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE
Secretaria Municipal de Saúde

- h)** Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório **Dispensa nº 042/2025**, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- i)** Que tem pleno conhecimento de todas as informações, das condições locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta dispensa de licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para o fornecimento a que se refere o **Dispensa nº 042/2025**.
- j)** Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021;
- k)** Que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas;
- l)** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser esta fiel expressão da verdade, assino a presente declaração, ciente de que a falsidade das informações acima está sujeita às penalidades legais previstas no Artigo 299 do Código Penal, como também implicará na desclassificação do presente certame.

(Município sede da empresa), __ de _____ de ____.

Nome legível/Carimbo e Assinatura Autorizada da empresa

(Cargo/Função)

Doc. de Identidade nº. _____

CPF nº. _____



ANEXO III

**MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE LEITE E SUPLEMENTOS ALIMENTAR
PARA PACIENTES CARENTES DESTE MUNICÍPIO, CONFORME RELATÓRIO SOCIAL**

Nº.: XXX/XXXX

***CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE LEITE E
SUPLEMENTOS ALIMENTAR PARA PACIENTES
CARENTES DESTE MUNICÍPIO, CONFORME
RELATÓRIO SOCIAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DE MUTUÍPE/BA E A EMPRESA
XXXXXXXXXX.***

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: De um lado, na qualidade de **CONTRATANTE**, o **MUNICÍPIO DE MUTUÍPE/BA - PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº XX.XXX.XXX/0001-XX, com sede na Praça XXXXXXXXXXXXXXXX – Centro, Mutuípe/BA – Ba, CEP XXXXXXXX, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, Cédula de Identidade nº. _____, CPF: _____, residente e domiciliado nesta cidade, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MUTUÍPE/BA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº xx.xxx.xxx/000x-xx, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, sxx – Centro, Mutuípe/BA, CEP 44.540-000, neste ato representado por seu Secretário a Sr xxxxxxxxxxxxxxXXXXXXXXXXXXX, podendo ambos ser encontrados na sede do município no endereço supra citado, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: Do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ. XXXXXXXXXXXX, Inscrição Estadual nº. XXXXXX, Inscrição Municipal nº. XXXXXX, com sede na XXXXXX, CEP XXXXXXXX, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXX**, XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, Cédula de Identidade nº. XXXXXXXXXXXX, CPF (MF) nº. XXXXXXXXXXXXXXXX, podendo também ser encontrada no endereço supracitado, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**.



Cláusula Prévia: Fundamentação

Este contrato é fundamentado no procedimento realizado pelo **CONTRATANTE** através da **Dispensa nº 042/2025** e na proposta vencedora, conforme termos de homologação e de adjudicação datados de [...], e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações e demais dispositivos legais aplicáveis, inclusive os regulamentos editados pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente contratação tem como objeto dar amparo legal para que o contratante adquira junto a contratada **AQUISIÇÃO DE LEITE E SUPLEMENTOS ALIMENTAR PARA PACIENTES CARENTES DESTE MUNICÍPIO, CONFORME RELATÓRIO SOCIAL**, conforme Proposta Comercial de Preços apresentadas pela mesma em Processo de contratação direta por **Dispensa nº 042/2025**, que juntamente com o Termo de Referência se constituem em parte integrante e indissolúvel deste contrato, independente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO: DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

1.1. A aquisição de leite e suplementos alimentares se justifica pela necessidade de atender pacientes em situação de vulnerabilidade social e nutricional, devidamente identificados por meio de relatórios sociais elaborados pelas equipes técnicas dos setores de Assistência Social e Saúde do Município de Mutuípe/BA.

1.2 Trata-se de uma ação essencial para garantir o suporte alimentar adequado a indivíduos que, por sua condição socioeconômica, não têm acesso a uma alimentação mínima e balanceada, o que compromete diretamente sua saúde, desenvolvimento e qualidade de vida. Essa necessidade é especialmente urgente para públicos como crianças, idosos, gestantes, lactantes e pessoas com doenças crônicas, que demandam cuidados nutricionais específicos.

1.3 A medida visa assegurar a dignidade humana, o direito à alimentação e à saúde, conforme previsto na Constituição Federal (art. 6º e 196), bem como atender às diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Sistema Único de Saúde (SUS).

1.4 Além disso, a ação representa um esforço do poder público municipal em combater a insegurança alimentar e promover inclusão social, garantindo o acesso contínuo a itens essenciais para a preservação da saúde e bem-estar dos munícipes mais vulneráveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente termo terá o seu início a partir da data de sua assinatura, dia **XX/XX/XXXX** e terá seu fim no dia **XX/XX/XXXX**, ou quando da expiração dos quantitativos acima referenciados, o que ocorrer



primeiro, podendo ser alterado, prorrogado ou rescindido, nas formas da lei e se assim for conveniente para os interesses da administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO

3.1 Além das cláusulas constantes no Termo de Referência, que continuam mantidas, o fornecimento será feito seguindo as seguintes recomendações:

3.1.1. Todos os produtos, compreendendo leite e suplementos alimentares, deverão ser entregues pela empresa CONTRATADA em perfeitas condições de consumo, devidamente embalados, com validade mínima de 2/3 (dois terços) do prazo de validade vigente e de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

3.1.2. As entregas deverão ser feitas de forma contínua e agendada de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, respeitando o cronograma previamente estabelecido ou solicitações emergenciais, quando devidamente justificadas.

3.1.3. A CONTRATADA deverá estar apta a realizar as entregas imediatamente após a assinatura do contrato, obedecendo aos prazos e condições estabelecidas.

3.1.4. O recebimento dos produtos será processado por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde, que terá a responsabilidade de fiscalizar e acompanhar as entregas, verificando as condições dos itens recebidos, conferindo prazo de validade, integridade e conformidade com o Termo de Referência, procedendo o respectivo atesto na Nota Fiscal/Fatura.

3.1.5. Para proceder com a conferência e o atesto da Nota Fiscal/Fatura, o servidor a que se refere o item 3.1.4. adotará o prazo de até 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de recebimento dos produtos nas dependências da Prefeitura Municipal de Mutuípe/BA.

3.1.6. No caso de rejeição dos produtos, o servidor designado emitirá termo de rejeição com análise do problema e indicará a penalidade a ser aplicada, se cabível, bem como o prazo em que o Fornecedor deverá substituir os produtos rejeitados por outros que atendam plenamente às exigências do Termo de Referência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data do recebimento da notificação, efetuada pela Secretaria Municipal de Saúde, devendo o novo material ser entregue sem qualquer ônus para esta última, condicionando ao saneamento da situação a sua aceitação.

3.1.7. Quaisquer prazos inerentes à prática de atos por parte do município ou que não possam ser considerados como responsabilidade do Fornecedor detentor deste contrato não serão considerados para efeito de contagem do prazo máximo para a entrega dos produtos.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO



- 4.1.** Como condição para a manutenção deste contrato, a CONTRATADA deverá manter, durante todo o período de vigência, todas as condições de habilitação exigidas na dispensa de licitação.
- 4.2.** A CONTRATADA presta garantia de que os produtos fornecidos estarão de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos oficiais de fiscalização e controle de qualidade, no que couber, bem como com as especificações constantes no Termo de Referência.
- 4.3.** A CONTRATADA realizará as entregas dos produtos solicitados no prazo estabelecido, conforme a necessidade do Município, devendo informar em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite o cumprimento das obrigações assumidas.
- 4.4.** A CONTRATADA disponibilizará os produtos à Secretaria Municipal de Saúde, imediatamente, de acordo com os critérios, prazos e condições previstos no ato convocatório e no Termo de Referência.
- 4.5.** Os órgãos e entidades solicitarão à CONTRATADA, por escrito e dentro do prazo de validade deste contrato, os produtos contratados de acordo com suas necessidades, respeitados os limites máximos estabelecidos no Anexo I deste termo.
- 4.6.** Na hipótese de a CONTRATADA convocada não assinar este termo, ou não aceitar, a Administração poderá convocar outros fornecedores habilitados, obedecendo à ordem de classificação, para assumir o fornecimento dos produtos, respeitando os preços propostos pelo primeiro colocado, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.7.** Este termo contratual estará sujeito às regras previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto ao prazo de vigência, que poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da referida Lei.
- 4.7.1.** A revisão dos preços apresentados na Dispensa nº XXX/2025 dependerá de requerimento formal da CONTRATADA, quando visar recompor preços que se tornaram insuficientes, devidamente instruído com documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro, podendo também ser instaurada pela Administração quando se verificar a necessidade de recomposição de preços excessivos.
- 4.7.2.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões nos quantitativos registrados, limitados a **25% (vinte e cinco por cento)** da quantidade licitada para cada item, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.8.** As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja acordo formal entre as partes pactuantes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.** São de exclusiva conta e responsabilidade da **CONTRATADA**, além das previstas no Termo de Referência, na Lei 14.133/2021 e nas normas aplicáveis, as obrigações que se seguem:



- 5.1. Cumprir este Contrato com fidelidade e pontualidade;
- 5.2. Prestar garantia para que os serviços sejam realizados, de acordo com os limites de tolerância estipulados pelos órgãos oficiais de fiscalização e controle de qualidade, no que couber;
- 5.3. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos quantitativos dos serviços em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Art. 125 da Lei 14.133/2021);
- 5.4. Responder, ainda, por todo e quaisquer danos materiais ou pessoais causados por si própria ou por seus empregados no ato do fornecimento dos produtos, ao **CONTRATANTE**, ou a terceiros, independente de culpa ou dolo, providenciando a correspondente indenização.
- 5.5. A **CONTRATADA** realizará as manutenções em conformidade com este termo e demais normatizações;
- 5.6. Cumprir com os prazos de fornecimento especificados neste termo;
- 5.7. Responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente;
- 5.8. Submeter-se à fiscalização do **CONTRATANTE**, através do setor competente, que acompanhará os serviços, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- 5.9. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, as normas do **CONTRATANTE**;
- 5.10. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo serão de inteira responsabilidade da **CONTRATADA**, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;
- 5.11. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários;
- 5.12. Estender o fornecimento além dos veículos ativos, também aos veículos que vierem a ser adquiridos ou colocados à sua disposição;
- 5.13. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.
- 5.14. Emitir documento fiscal no qual deverá constar, obrigatoriamente: o serviço fornecido, o valor unitário e o valor total, para efeito de comprovação do preço cobrado, e consequente, elaboração da Nota Fiscal/Fatura.
- 5.15. Fornecer, sempre que solicitada pelo **CONTRATANTE**, as informações necessárias ao bom e fiel cumprimento das cláusulas contratuais, em especial quanto à entrega e qualidade dos serviços licitados.
- 5.16. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,



todas as condições de habilitação exigidas na dispensa de licitação.

5.17.A CONTRATADA arcará, única e exclusivamente, com todos e quaisquer tributos, bem como, licenças, alvarás e ônus de natureza Federal, Estadual e Municipal decorrentes da celebração deste Contrato.

5.18. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento, nos termos da legislação vigente e exigências contidas no seu Termo de referência, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos; quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas do **CONTRATANTE**;

5.19. Não transferir, no todo ou em parte, o fornecimento dos produtos, sem a prévia autorização e anuência do **CONTRATANTE**;

5.20. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos serviços licitados, reservando o **CONTRATANTE** o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados;

5.21. Fornecer os serviços atendendo plena e satisfatoriamente ao especificado neste Termo de Referência;

5.22. Atender, de imediato, às solicitações relativas à substituições de peças que não atenda ao especificado;

5.23. Quando for o caso, comunicar imediatamente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

5.24. Responder objetivamente por quaisquer danos pessoais ou materiais decorrentes do fornecimento dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São de exclusiva conta e responsabilidade do **CONTRATANTE**, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis, às obrigações que se seguem:

6.2. Pagar fielmente à **CONTRATADA** de acordo com a Cláusula Sétima;

6.3. Adquirir os serviços da **CONTRATADA**, mediante Solicitação de Fornecimento expressamente por escrito, emitida por autoridade da Secretaria competente;

6.4. Aceitar Notas Fiscais/Faturas até o último dia útil de cada mês do período, vedada a rejeição das mesmas após a atestação e aceitação do fornecimento.

6.5. Conferir o fornecimento dos serviços licitados, embora a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas.

6.6. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** mediante a apresentação das respectivas notas



fiscais/faturas, devidamente discriminadas e atestadas pelo setor próprio, por meio de crédito em conta corrente bancária;

6.7. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências previstas neste Termo;

6.8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

6.9. Proporcionar à **CONTRATADA** as condições para que possa fornecer os serviços licitados dentro das normas estabelecidas.

6.10. Exercer a fiscalização da execução do objeto através de servidor especialmente designado, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021;

6.11. Notificar, formal e tempestivamente, a **CONTRATADA** sobre irregularidades observadas nos serviços;

6.12. . Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto deste termo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR / FORMA DE PAGAMENTO

7.1. DO VALOR

7.1.1. Para efeito de empenho das despesas com o objeto deste contrato, o valor está estimado em **R\$ XX.XXX,XX (XXXXXXXX)**, tendo em vista que o cálculo dos quantitativos remanescentes e os preços constantes da Proposta de Preços apresentada no Processo de contratação direta **Dispensa nº 042/2025**, cujos quantitativos e preços especificamos no Anexo I deste termo.

7.2. PARÁGRAFO TERCEIRO - DO PAGAMENTO

7.2.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após o fornecimento, de acordo com o cronograma de pagamentos estipulado pela prefeitura, após a aferição das Autorizações de Fornecimentos expedida pela secretaria competente, mediante emissão de Nota Fiscal/Fatura, não sendo tolerados atrasos de pagamento, salvo por fatos supervenientes devidamente justificados, que venham a comprometer o bom andamento e a integridade das finanças públicas. O pagamento das Notas Fiscais/Faturas, ficam condicionados ao cumprimento dos critérios de recebimento das mesmas.

7.2.2. Para habilitar-se ao pagamento a **CONTRATADA** deverá protocolar nas secretarias competentes as Notas Fiscais/Faturas, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao mês de referência, especificando o produto solicitado e seus correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestada pelo setor competente.

CLÁUSULA OITAVA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO



8.1.1. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado, respeitando-se a repartição objetiva de risco estabelecida.

8.1.2. O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo **CONTRATANTE** ou solicitado pela **CONTRATADA**.

8.1.3. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da data do protocolo correspondente, devidamente instruído da documentação suporte.

8.1.4. Dentro do prazo previsto no item 8.1.3, o **CONTRATANTE** poderá requerer esclarecimentos e realizar diligências junto a **CONTRATADA** ou a terceiros, hipótese em que o prazo para resposta será suspenso.

CLAUSULA NONA – DAS GARANTIAS

9.1. As garantias sobre a qualidade do produto, no que se refere aos materiais, ficando sobre a **CONTRATADA** a responsabilidade de eventuais impurezas ocorridos nos mesmos, conforme especificado na alínea 5.2 da Cláusula Quinta;

9.2. As partes se comprometem a informar através de relatório, devidamente assinado, sobre problemas eventuais observados, existentes e regularizados quando da vigência do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA / DA NOTA DE EMPENHO

10.1. As despesas com a execução do presente Contrato correrão às Contas das seguintes Dotações Orçamentárias do exercício vigente:

Fonte de recursos para atendimento da demanda (dotação orçamentária/2025)	
UNIDADE	0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ATIVIDADE	2019 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.32.00
FONTE	1500.1002

10.2. Será emitida Nota de Empenho Ordinária, à conta das dotações orçamentárias especificadas nesta cláusula, para atender as despesas inerentes à execução deste Contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE

11.1. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12.1. À **CONTRATADA** total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

12.2. Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas neste contrato e nos arts. 155 da Lei 14.133/2021, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 156 do mesmo diploma, no que couber, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

12.3. A inexecução deste contrato acarretará as mesmas penalidades constantes da **Dispensa nº 042/2025**, como se aqui estivesse transcrito, inclusive por atraso injustificado na sua execução, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos.

12.3.1. As penalidades a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente este contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

12.3.2. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**.

12.3.3. Se o valor da multa exceder ao valor das obrigações do Município para com a **CONTRATADA**, além da perda deste, a **CONTRATADA** responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos futuros eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

12.3.4. Não tendo sido prestada garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido ao Fornecedor o valor de qualquer multa porventura imposta.

12.3.5. As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

12.3.6. Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nas infrações previstas nos artigos 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.3.7. Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade



da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

12.3.8. O presente contrato poderá ser extinto nos termos do art. 137 da Lei Federal nº. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas nesta mesma lei, garantido o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO, ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO

13.2. DA EXTINÇÃO

13.1. A extinção do contrato poderá ser:

13.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

13.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse do **CONTRATANTE**.

13.1.3. O Município de Mutuípe/BA poderá rescindir este contrato, mediante comunicação expressa e com antecedência de 10 (dez) dias.

13.1.4. É vedado à **CONTRATADA** ceder ou transferir o presente contrato.

13.2. DA ALTERAÇÃO / PRORROGAÇÃO

13.2.1 As partes poderão, também alterar este instrumento de contrato (nos termos do art. 124 da Lei nº. 14.133/2021), através de Termo Aditivo a ele, onde se observem as regras previstas na legislação contratual específica sobre o assunto assim como prorrogá-lo por igual período (nos termos do art. 107 da Lei nº. 14.133/2021), quando do seu vencimento, ao limite permitido por lei, justificado por escrito e previamente autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE

14.1. Fica expressamente vedada a empresa contratada a transferência de responsabilidade do fornecimento do objeto contratual do procedimento de contratação direta **Dispensa XX/2025**, a qualquer outra empresa, no seu todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Competirá ao **CONTRATANTE**, através de técnico previamente indicado para este fim, proceder ao acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, bem assim receber o objeto, competindo a este servidor, o cumprimento das disposições contidas no art. 117 da Lei 14.133/2021, deverá também cumprir disposições dos anexos da **Dispensa XX/2025**:

a) Fiscalizar a obrigação da empresa de manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, nas condições de habilitação e qualificação exigidas



na dispensa de licitação, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

- b) Indicar à **CONTRATADA** todos os elementos indispensáveis ao início dos serviços, no prazo de 02 (dois) dias a contar da emissão do Empenho, inclusive local específico para a guarda e armazenamento dos materiais e equipamentos;
- c) Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada.
- d) Exigir a imediata substituição de prepostos que não correspondam tecnicamente ou disciplinarmente às necessidades do fornecimento.
- e) Decidir quanto a aceitação do produto "similar" ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior.
- f) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A ação ou omissão total ou parcial da Fiscalização do **CONTRATANTE**, não eximirá à **CONTRATADA** de total responsabilidade na execução dos serviços objeto do presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Cabe à **CONTRATANTE**, a seu critério, por sua conta e através do Servidor _____, Matrícula nº. _____, designado através da Portaria nº. XXX/XXXX, de ____/____/____, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do fornecimento e do comportamento do pessoal da **CONTRATADA**, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus responsáveis técnicos, empregados, prepostos ou subordinados.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **CONTRATADA** declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO – A existência e a atuação da Fiscalização do **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

PARÁGRAFO QUINTO – Os produtos integrantes do objeto deste contrato serão fiscalizadas e recebidas de acordo com o disposto nos Inciso II, tdo art. 140 da Lei 14.133/2021.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO ORIGINAL

16.1. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei Federal nº. 14.133/2021, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, da Lei Complementar nº 123, de 2006, sendo partes integrantes e insólúveis do **Processo Administrativo nº 1203/2025** e contratação Direta **042/2025**, publicado nas formas da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao **CONTRATANTE** publicar o extrato do presente instrumento no respectivo sitio oficial na Internet, em atenção ao Paragrafo Primeiro do art. 176 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Mutuípe/BA, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou se torne.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presentes, vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Mutuípe/BA, ____ de ____ de ____.

MUNICÍPIO DE MUTUÍPE/BA
PREFEITURA MUNICIPAL

João Carlos Rauedys Cardoso da Silva -
Prefeito
MUNICÍPIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE

ANA NILCE SANTOS DE JESUS
ANDRADE - Secretário Municipal de
Saúde de Mutuípe/BA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDOR



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE
Secretaria Municipal de Saúde

TESTEMUNHA

CPF: _____

TESTEMUNHA

CPF: _____



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUTUÍPE
Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01.	Suplemento nutricional desenvolvido para o desenvolvimento nutricional e ganho de massa muscular, normocalórico e hiperprotéico com alta concentração de proteína indicado para pessoas com baixa ingestão de proteína e rico em vitamina e mineral. Latas com 850 gramas. Indicação do suplemento: Nutridrink ou Ensure	38			
02.	Fórmula infantil de 0 a 36 meses indicado para lactentes e crianças para suprir as necessidades nutricionais. Esta fórmula infantil contém proteína láctea extremamente hidrolisada com nutrientes essenciais como os prebióticos (GOS, FOS) DHA E ARA, além de nucleotídeos. Latas com 800 gramas. Indicação do suplemento: Fórmula infantil 0- 3 anos, Aptamil Zero lactose.	56			
03.	Suplemento nutricional em pó com cálcio, proteína, vitamina D e minerais. Auxiliando a formação de músculo. Latas com 370 gramas. Indicação do suplemento: Nutren senior	56			
04.	Fórmula indicada para paciente com intolerância à lactose, rico em proteína e cálcio Latas com 300 gramas. Indicação do suplemento: Fórmula em pó sem lactose SOY	56			
05.	Fórmula Infantil de 0 a 36 meses contendo DHA e ARA nucleotídeos e Prebiótico, desenvolvido para primeira infância. Rico em vitaminas e minerais Latas com 800 gramas. Indicação do suplemento: Nanlac confort	56			
VALOR TOTAL..... R\$					